

(Plenário do Senado decide na segunda-feira se processa Zélia

01 JUN 1990

© GLOBO

JUN 1990

BRASÍLIA — O plenário do Senado decidirá, segunda-feira, se a Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, deve ser processada por crime de responsabilidade, por não fornecer ao Senador Jamil Haddad (PSB-RJ) relação das pessoas que sacaram mais de NCz\$ 500 mil às vésperas do bloqueio do saldo. O Presidente do Senado, Nélson Carneiro (PMDB-RJ), manifestou sua decepção diante da recusa da Ministra, a quem dera, anteontem, prazo de 24 horas para responder.

Na quarta-feira, ele mobilizara um plantão noturno para receber as informações da Ministra, porque fora avisado por telefonema do Ministro da Justiça, Bernardo Cabral, de que a resposta estava

a caminho. Ontem, no plenário, lamentava que apenas um envelope com as alegações da Ministra tenha sido entregue no Senado na noite de quarta-feira, em vez da volumosa listagem esperada.

Segundo acordo prévio, somente ontem pela manhã a correspondência de Zélia foi entregue ao Senador Jamil Haddad. A resposta pouco difere de sua argumentação anterior: Zélia alegava que o montante dos saques realizados no período não pôde ser levantado por falta de tempo. Quanto aos nomes dos correntistas, voltou a invocar a exigência de sigilo bancário. Zélia sugeriu uma revisão na decisão da Comissão de Constituição e Justiça, que aprovara parecer considerando-a

obrigada a prestar as informações e afirmou que parte das solicitações não se adequavam ao Regimento do Senado. Esse foi um dos pontos que provocaram maior irritação entre os senadores.

— A Ministra está reclamando do Presidente do Senado que faça o favor de ler o regimento da Casa que preside — interpretou, contrariado, o Senador Mário Covas (PSDB-SP).

Para decidir se a Ministra deve ser processada com base na Lei 1079/50, que define os crimes de responsabilidade, será necessária a aprovação por maioria simples dos senadores, presente a maioria absoluta (38 membros) em ple-

nário. Nélson Carneiro fez apelo, ontem, no plenário, para que todos os senadores compareçam à sessão de segunda-feira, frisando que se trata de "assunto de alta relevância".

Ele mostrou-se satisfeito com todas as providências que tomou até agora em relação à questão, inclusive com a abertura do prazo de 24 horas, que não é previsto pelo regimento. Pela manhã, em reunião com os Senadores Cid Sabóia de Carvalho (PMDB-CE), Presidente da Comissão de Justiça; Jutahy Magalhães (PSDB-BA), Relator; e Jarbas Passarinho (PDS-PA), Nélson Carneiro deixou clara sua intenção de agir com firmeza no cumprimento da Constituição.